

Carta do COBEM 2020: Em defesa da visibilidade da temática e da presença dos povos indígenas na educação médica

Este documento é uma proposta de recomendação à Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) que defende a visibilidade da temática dos povos indígenas e cuidado em contexto intercultural na educação médica, e o estímulo a presença dos povos indígenas como estudantes de medicina e outros cursos da saúde. O documento é produto da Oficina **“Pintando a educação médica com jenipapo e urucum: o que todo médico deve saber sobre a saúde dos povos indígenas”**, realizada em 16 de novembro de 2020, durante o **58º Congresso Brasileiro de Educação Médica (COBEM): Educação médica em tempos de incerteza: Qualidade, equidade e construção coletiva**. A Oficina foi proposta pelo Grupo de Trabalho “Populações (In)visibilizadas e Diversidades” da ABEM e Grupo de Interesse Especial em Saúde Indígena da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.

Considerando que, no censo de 2010, 896.917 pessoas se autodeclararam indígenas no Brasil. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais (IBGE, 2010);

Considerando que encontramos populações indígenas em todo o território nacional, somando cerca de 305 diferentes povos, com mais de 150 línguas faladas (IBGE, 2010; ISA, 2020);

Considerando que a Constituição Federal de 1988 estipulou o reconhecimento e respeito das organizações socioculturais dos povos indígenas, com rompimento oficial com as políticas de tutela e integração (BRASIL, 1988);

Considerando que a Política Nacional de Saúde dos Povos Indígenas defende o acesso dos povos indígenas à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura (BRASIL, 2002);

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina defendem a formação do médico com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, considerando as dimensões da diversidade étnico-racial, superando preconceitos de qualquer espécie e tratando as desigualdades com equidade (BRASIL, 2014);

Considerando que há uma fragilidade histórica na formação dos profissionais que

prestam assistência à saúde indígena no Brasil (DIEHL; PELLEGRINI; 2014);

Considerando que se reconhece como essencial o despertar da sensibilidade para situações de diálogo entre diferentes culturas nas graduações na área saúde (LUNA et al, 2020);

Considerando que as universidades brasileiras são 20 % mais brancas do que a sociedade brasileira, apesar das diversas políticas públicas que buscaram, através de ações afirmativas, transformar essa condição (RISTOFF, 2014; BRASIL, 2018);

Considerando a atual situação de saúde no período da pandemia de COVID-19, que evidenciou desigualdades sociais e na atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil;

Considerando a fragilidade de conhecimentos relacionados à temática indígena por estudantes de Medicina, docentes e médicos;

Considerando que os espaços de discussão sobre saúde indígena nas graduações de Medicina são raros, tampouco na perspectiva interétnica;

Considerando a destacada importância da ABEM nos debates e definição de diretrizes para formação médica;

Sugerimos a ABEM a adoção das seguintes recomendações no intuito de favorecer a presença e visibilidade dos povos indígenas nas escolas médicas e incentivar práticas de ensino sobre os temas da Saúde dos Povos Indígenas e a especificidade do cuidado dessas populações:

1. Desenvolver o ensino de competências relacionadas a saúde dos povos indígenas nos currículos dos cursos de Medicina;
2. Garantir a abordagem de conteúdos relacionados ao reconhecimento da diversidade de povos indígenas no Brasil, reconhecendo a importância da superação dos preconceitos e da estigmatização frente às populações indígenas;
3. Garantir a abordagem dos conteúdos relacionados às políticas públicas de saúde dos povos indígenas, reconhecendo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) e também o cuidado a indígenas fora do SASISUS;
4. Incentivar projetos e programas de extensão relacionados à saúde dos povos indígenas, reforçando o compromisso social do ensino superior com a sociedade;
5. Oportunizar espaços para a formação docente relacionados à saúde indígena;
6. Promover o diálogo interdisciplinar no ensino sobre a temática indígena e

saúde indígena, possibilitando a aproximação da Medicina às Ciências Sociais e Humanas, considerando também epistemologias e cosmologias indígenas;

7. Valorizar o protagonismo dos indígenas na construção de estratégias relacionadas à temática indígena na graduação de Medicina;

8. Manter e ampliar processos e programas de ações afirmativas para acesso e permanência no ensino superior, específicos para as populações indígenas;

9. Criar estratégias para desenvolver competências relacionadas à saúde indígena no programas de residência médica;

10. Criar estratégias para acesso de indígenas em programas de pós graduação, o que pode oportunizar a formação de docentes e pesquisadores condizentes com todas as matizes étnicas presentes no país;

11. Valorizar e apoiar a criação de coletivos indígenas nas universidades, respeitando o direito à participação dos indígenas nos espaços de tomada de decisões;

12. Incentivar a criação de grupos de estudos e pesquisas sobre saúde indígena na instituições, reconhecendo-os como estratégicos para garantia dos direitos indígenas;

13. Incentivar o desenvolvimento de ambulatórios específicos para cuidado à população indígena, bem como aproximação das escolas médicas com os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEI) e educação permanente dos profissionais que atuam nesse contexto;

14. Produzir e disponibilizar materiais relacionados à saúde das populações indígenas, fortalecendo a integração ensino-serviço e comunidade;

15. Garantir oportunidades de discussão e visibilidade de temas relacionados à saúde indígena nos eventos relacionados à educação médica;

16. Instituir ações afirmativas para participação de indígenas nos eventos científicos e nas publicações de periódicos;

São signatários deste documento, datado de 17 de outubro de 2020, no 58º Congresso Brasileiro de Educação Médica, realizado de forma virtual, Brasil:

Alexsandro Mackenzie da Silva e Silva – povo Guarani – estudante de Medicina UFRGS

Cecília Malvezzi – docente UFSCar

Daniel Rodrigues Teles – povo Arapasso – estudante de Medicina Unipampa

Geovan Jose dos Santos – povo Pankararu – estudante de Medicina UFPR Toledo

István van Deursen Varga – docente UFMA

Juliana Abreu Santana - médica do DSEI Maranhão

Karla Caroline Teixeira – povo Pankararu – estudante de Medicina UFSCar

Luiz Otávio de Araújo Bastos - coordenador do Grupo de Interesse Especial em Saúde Indígena da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade

Leonardo Christian da Silva Maia – povo Tuxá – estudante de Medicina Estudante UFPel

Paulo Afonso Martins Abati - docente Unicamp

Raniel Martinha de Souza – povo Ticuna – estudante de Medicina UFSCar

Sandra Monteiro de Souza Pankararu – povo Pankararu – estudante de Medicina UNB

Vandicley Pereira Bezerra – povo Atikum Umã – estudante de Medicina UFSCar

Willian Fernandes Luna – docente UFSCar

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 16 de outubro de 2020.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior – 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior> Acesso em setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Medicina. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 03 de 20 de junho de 2014.

BRASIL. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2ª ed. Brasília: Funasa, Ministério da Saúde; 2002.

DIEHL, Eliana Elisabeth; PELLEGRINI, Marcos Antonio. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 30, n. 4, p. 867-874, Apr. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em 16 de outubro de 2020.

LUNA, Willian Fernandes; MALVEZZI, Cecília; TEIXEIRA, Karla Caroline; ALMEIDA, Dayane Teixeira; BEZERRA, Vandicley Pereira. Identidade, Cuidado e Direitos: a Experiência das Rodas de Conversa sobre a Saúde dos Povos Indígenas. Rev. bras. educ. med., Brasília , v. 44, n. 2, e067, 2020.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, Nov. 2014